

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.747.711 - SP (2018/0146370-0)

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
AGRAVANTE : AGNELO PEREIRA DA MOTTA
ADVOGADO : EDSON LUIZ MARTINS PEREIRA JUNIOR - SP318575
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTENTE. MAJORAÇÃO DO COEFICIENTE DA RENDA MENSAL DA APOSENTADORIA. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE LABORATIVA. NECESSIDADE DO EFETIVO RECOLHIMENTO DAS RESPECTIVAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. IRRESIGNAÇÃO.

I - Na origem, trata-se de ação de conhecimento contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, objetivando revisão de aposentadoria, concedida proporcionalmente (coeficiente 94%), sob o argumento de que não fora considerado, na época da concessão do benefício, o tempo de serviço prestado em atividade rural, especial e determinados registros na carteira de trabalho.

II - Em relação à indicada violação do art. 1.022 do CPC/2015 pelo Tribunal *a quo*, não se vislumbra a alegada omissão das questões jurídicas apresentadas pelo recorrente, tendo o julgador abordado a questão às fls. 543 e 544, consignando: "Nesse contexto, resta claro que, para a majoração do coeficiente da renda mensal da aposentadoria por idade, não basta a simples comprovação da atividade laborativa, se fazendo necessário o efetivo recolhimento das respectivas contribuições previdenciárias. Portanto, o reconhecimento do labor campesino, urbano ou em condições agressivas, não reflete no coeficiente de cálculo do benefício. Assim, em que pese a parte autora pleitear o reconhecimento da atividade campesina para majoração da aposentadoria por idade, a orientação do Superior Tribunal de Justiça é em sentido diverso."

III - A oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação do embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

IV - Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

V - Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

